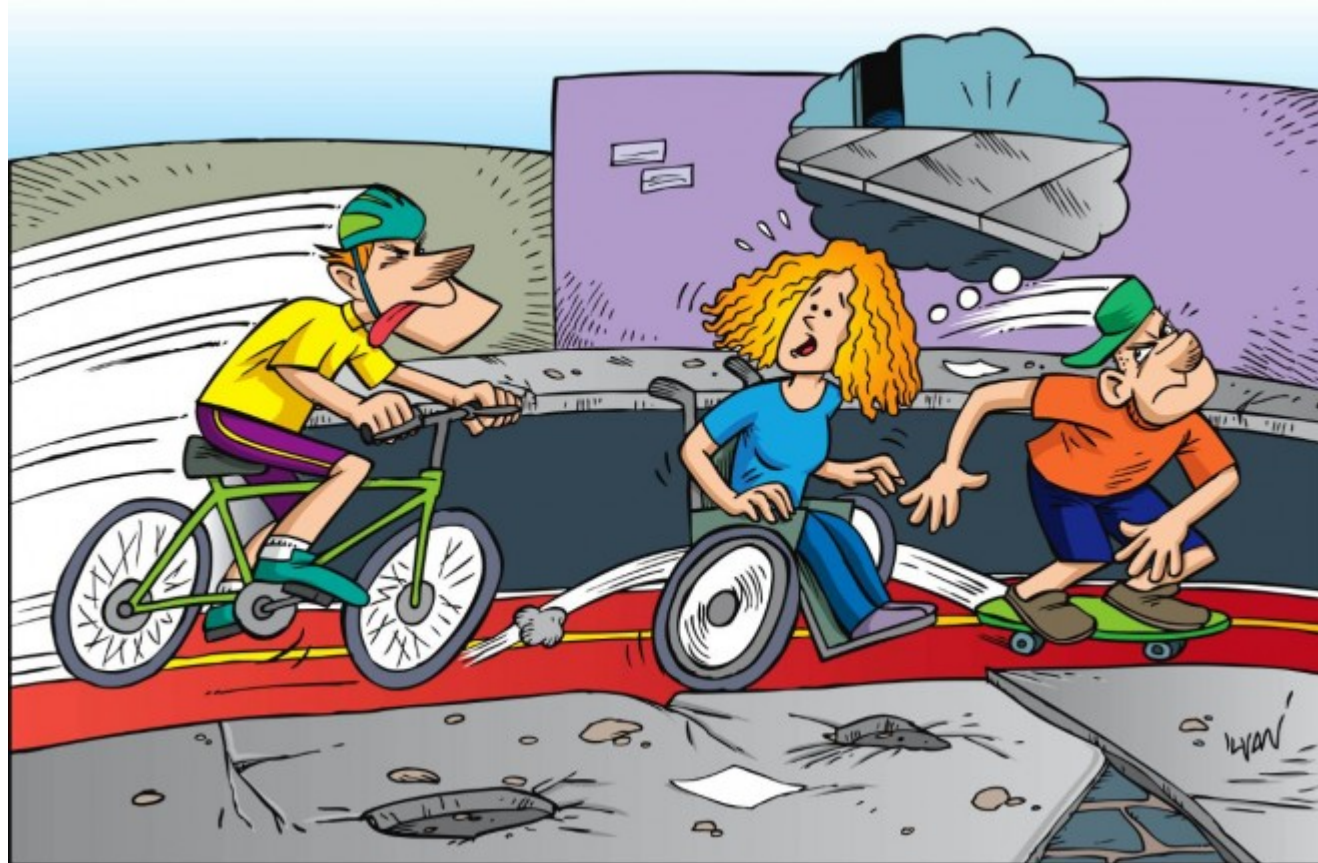


Ciclovia – Cadeirantes terão de usar capacetes? □□



Há pouco tempo em **São Paulo**, o prefeito **Fernando Haddad**, publicou um decreto que autoriza a circulação de skate, patins, patinete, triciclo, quadriciclo, bicicletas elétricas e CADEIRA DE RODAS.

Com a decisão da Prefeitura, contudo, o cadeirante paulistano passa a ser considerado um veículo, não mais um pedestre.

Cadeira de rodas não é veículo – a diferença dela com relação aos outros meios de transporte listados no decreto é que ela é uma extensão do corpo do cadeirante. E *não um meio de transporte* do qual pode se abrir mão, como uma **bicicleta**, um **skate** ou um **patins**.

Porque o retrocesso? – conceitualmente, tal caracterização é

um retrocesso, já que ao definir espaços distintos para circular diferenciou-se também a pessoa na cadeira de rodas para a pessoa que caminha com as próprias pernas.

Ruim para todos – na prática, o decreto é uma ameaça para segurança de muita gente, independente de estar andando, pedalando ou cadeirando.

Como bem lembrado pelo jornalista e parceiro de causa, Jairo Marques, “**cadeiras de rodas** não têm retrovisor e **bicicletas** não possuem freios ABS.

Pode parecer engraçadinho mas é assunto sério!!

Qualquer gestor municipal sabe que, em todo o Brasil, cadeirantes são obrigados a circular pela rua porque não contam com calçada acessível. Mas esse nunca foi e será o meio mais seguro para quem tem uma **deficiência ou mobilidade reduzida**.

Claramente também não é o que ocorre nas grandes cidades do mundo que são símbolos de mobilidade urbana. Em Amsterdã, por exemplo, onde a bicicleta é um meio de transporte muito utilizado, cadeirantes circulam pelas ótimas calçadas construídas pelo Poder Público e não pelas **ciclovias**.

Em tempo: as ciclovias de Amsterdã são de qualidade superior das feitas em São Paulo, cuja tinta escorre com a chuva e passa sobre ruas remendadas e com desníveis.

Por outro lado, São Paulo, por mais problemas que tenha com o passeio público, ainda é uma das cidades brasileiras **referência em acessibilidade**. ☐☐

Um decreto deste cunho caminha contra tudo o que vem sendo construído pelo direito de ir e vir com liberdade e segurança. Sem falar que ao investir maciçamente nessas ciclovias o prefeito está deixando de investir – dinheiro e esforços – em melhorar calçadas!

Porque não a calçada? – nenhuma outra decisão, por mais bem intencionada que seja, pode ser mais segura e adequada para um pedestre que um passeio público **que o dignifique e não o diferencie** por utilizar uma cadeira de rodas.

Segundo o **IBGE**, 30% das viagens diárias realizadas em todo o País são feitas a pé. Por conta do alto custo do transporte público, andar não é apenas uma alternativa saudável, é também o meio mais econômico de se locomover e interagir com a cidade.

Se o objetivo do prefeito Haddad era investir no bom convívio entre as tribos e os meios de locomoção, ele deveria rever sua decisão e investir na reforma de nossas calçadas.

A calçada é o equipamento mais universal de uma cidade. Quando acessível permite que andantes, cadeirantes, **cegos, idosos, crianças** e toda a diversidade humana coexista e tenha a possibilidade de chegar ao outro com respeito e sem barreiras.